



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA

CONCURSO PÚBLICO
NÍVEL MÉDIO

Aplicação: 10/12/2006

CARGO 6: ASSISTENTE JUDICIÁRIO

TARDE

Caderno G

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo de caderno — Caderno G — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas. Em seguida, verifique se ele contém cem questões, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenadas de 1 a 100.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 4 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 Recomenda-se não marcar ao acaso: em cada questão, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 6 A duração das provas é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas e poderá levar o seu caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 8 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (DATAS PROVÁVEIS)

- I **12/12/2006**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tjrr2006.
- II **13 e 14/12/2006** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tjrr2006, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III **17/1/2007** – Resultados finais das provas objetivas e do concurso: Diário do Poder Judiciário do Estado de Roraima e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tjrr2006.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 10 do Edital n.º 1/2006 – TJRR, de 13/10/2006.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tjrr2006.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- Nas questões de 1 a 100, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nas questões que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Nas questões de 1 a 3, as opções, na ordem em que estão apresentadas, são partes sucessivas de textos.

QUESTÃO 1

Assinale a opção que apresenta **erro** gramatical.

- Ⓐ O projeto Processo Judicial Digital mostra vantagens, como economia, agilidade e ampliação do acesso à justiça.
- Ⓑ A digitalização também têm influência em aspectos como preservação do meio ambiente.
- Ⓒ Os Juizados Especiais Federais da 5.^a Região já estão informatizados desde fevereiro de 2005.
- Ⓓ O projeto desenvolvido no TRF é facilmente adaptável e poderá ser usado em outros órgãos da administração pública.

Internet: <www.trf5.gov.br> (com adaptações).

QUESTÃO 2

Assinale a opção que apresenta **erro** de pontuação.

- Ⓐ As dívidas trabalhistas têm prioridade sobre débitos tributários, mesmo que o devedor tenha condições de saldá-las.
- Ⓑ Foi o que decidiu, por unanimidade, a primeira turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que negou provimento ao recurso especial interposto pela Fazenda Nacional.
- Ⓒ A Fazenda Nacional argumenta, que a natureza do conflito se dá por concurso de preferência, que se estabelece pela ordem cronológica de constituição do crédito.
- Ⓓ A preferência de créditos trabalhistas sobre os tributários se aplica nas seguintes situações: quando houver mais de um credor, quando o devedor não tiver condições de pagar e quando houver falência.

Internet: <www.justicafederal.gov.br> (com adaptações).

QUESTÃO 3

Assinale a opção gramaticalmente correta.

- Ⓐ Começa à operar o processo eletrônico de execução fiscal da justiça federal, inicialmente no âmbito da 1.^a — que abrange o Distrito Federal (DF) e outros 13 estados — e 3.^a Regiões — São Paulo e Mato Grosso do Sul.
- Ⓑ Os sistemas da justiça federal serão integrados ao sistema de ajuizamento e acompanhamento processual da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o que irá possibilitar que todos os atos processuais seja praticado em meio eletrônico.
- Ⓒ A informatização desses processos, aliada a utilização de outras ferramentas eletrônicas de comunicação com a Receita Federal e o Banco Central, representará um enorme avanço na arrecadação judicial da dívida ativa da União.
- Ⓓ A cobrança judicial de tributos federais não pagos na esfera administrativa é feita na justiça federal, por intermédio de processos de execução fiscal movidos pela União ou por suas entidades.

Internet: <imprensa@cjf.gov.br> (com adaptações).

Texto para as questões 4 e 5

- 1 De acordo com o juiz federal Alexandre Vasconcelos, coordenador do projeto de execução fiscal eletrônica da 1.^a Região, a eficácia no julgamento manual desses feitos é muito
- 4 baixa. Segundo ele, de uma média de 22.000 processos atualmente em tramitação nas varas de execução fiscal do DF, cerca de 6.000, apenas, estão realmente ativos. O restante está
- 7 sobrestado ou arquivado provisoriamente, na maioria dos casos porque, devido à demora nos trâmites, o devedor não é mais localizado ou não existem mais bens em seu nome para
- 10 serem penhorados. Ao longo do tempo, a tendência é que essas dívidas acabem prescrevendo, o que se traduz em prejuízos ao erário público. “Uma vista para a Procuradoria-
- 13 Geral da Fazenda Nacional pode durar meses”, observa o juiz. A partir de agora, ele ressalta, a comunicação entre o juiz e o procurador será toda feita em meio eletrônico, o que deve
- 16 agilizar bastante essa tramitação. Uma outra vantagem da execução fiscal eletrônica é o uso da certificação digital — os juízes poderão assinar eletronicamente os documentos do
- 19 processo. “O juiz muitas vezes tem de assinar mais de 500 despachos iguais, e agora ele poderá verificar todos e assiná-los eletronicamente em bloco”, comenta Vasconcelos.

Internet: <imprensa@cjf.gov.br> (com adaptações).

QUESTÃO 4

Em relação ao texto, assinale a opção correta.

- Ⓐ As vírgulas nas linhas 1 e 3 justificam-se por isolar expressão restritiva.
- Ⓑ A substituição da expressão “cerca de” (l.6) por **acerca de** mantém a coerência e a correção gramatical do período.
- Ⓒ Na linha 8, o sinal indicativo de crase em “devido à” justifica-se pela regência de “devido” e pela presença de artigo definido feminino antes de “demora”.
- Ⓓ A palavra “trâmites” (l.8) é acentuada por ser paroxítona terminada em **-es**.

QUESTÃO 5

Ainda em relação ao texto, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ O nível de linguagem adotado no texto, por sua subjetividade, é inadequado para a correspondência oficial.
- Ⓑ O emprego de aspas no texto indica citação literal de fala do juiz Vasconcelos.
- Ⓒ A palavra “sobrestado” (l.7) está sendo empregada com o sentido de interrompido, sustado, suspenso.
- Ⓓ O texto defende as vantagens da execução fiscal eletrônica.

Texto para as questões 6 e 7

1 Além de impulsionar a arrecadação de recursos para os
2 cofres da União, a execução fiscal eletrônica possibilitará
3 maior economia para a máquina do Judiciário, uma vez que
4 reduzirá os prazos de tramitação. “Manter a execução por
5 muito tempo é caro”, assinala o juiz Alexandre Vasconcelos.
6 A comunicação com a Receita Federal também será
7 importante para a localização mais rápida dos bens do
8 devedor. Um convênio firmado entre a Receita, o Conselho da
9 Justiça Federal (CJF) e os tribunais regionais federais (TRF)
10 permite que os juízes tenham acesso, mediante senha, ao
11 sistema Infojud. Nele, o magistrado pode obter a declaração
12 de bens e os dados cadastrais de qualquer pessoa, em questão
13 de minutos. A interligação virtual dos juízes federais com o
14 sistema Bacen-Jud 2.0, do Banco Central, por sua vez,
15 permite o bloqueio de valores depositados em contas no nome
16 do devedor em até 48 horas — procedimento que, com o uso
17 de papéis, pode demorar meses. O acesso ao Bacen-Jud
18 também foi possibilitado por intermédio de convênio entre o
19 Banco Central, o CJF e os TRF.

Idem, ibidem (com adaptações).

QUESTÃO 6

Em relação ao texto, assinale a opção correta.

- A A expressão “máquina do Judiciário” (ℓ.3) tem sentido conotativo.
- B No texto, as palavras “juízes” (ℓ.10) e “magistrado” (ℓ.11) estão sendo empregadas com sentidos divergentes.
- C O termo “Nele” (ℓ.11) refere-se a “convênio” (ℓ.8).
- D A substituição do travessão (ℓ.16) por vírgula prejudica a correção gramatical do período.

QUESTÃO 7

As opções seguintes apresentam propostas de substituição de trechos do texto. Assinale a opção em que a substituição é gramaticalmente **incorreta**.

- A “para os cofres” (ℓ.1-2) por **aos cofres**
- B “uma vez que” (ℓ.3) por **conquanto**
- C “permite” (ℓ.10) por **permitirá**
- D “por intermédio de” (ℓ.18) por **por meio de**

QUESTÃO 8

Nas opções abaixo, os fragmentos, na ordem em que estão apresentados, são partes sucessivas de um texto. Assinale a opção gramaticalmente **incorreta**.

- A Dados apontam que o estoque acumulado da dívida ativa da União (a receber) atinge R\$ 374 bilhões, sendo que 88,5% desse valor correspondem a valores cobrados na justiça.
- B Estima-se que anualmente a arrecadação judicial dessa dívida não cheguem a 2,5% do montante total.
- C Para a justiça federal, a execução fiscal representa um grande gargalo.
- D De um total de 6,6 milhões de processos em tramitação nas varas federais de todo o país, 2,6 milhões, ou seja, quase 40%, são de execução fiscal.

Idem, ibidem (com adaptações).

QUESTÃO 9

1 Terceiro palestrante do Ciclo de Estudos Jurídicos,
2 Jurisdição e Democracia, o juiz federal e professor Agapito
3 Machado dividiu sua palestra em três tópicos: a justiça
4 tradicional, os juizados especiais federais criados em 2001 e
5 os juizados federais virtuais. O palestrante, que discorreu
6 sobre o tema “Juizados federais: uma experiência virtual de
7 sucesso”, procurou analisar detidamente cada um dos três
8 tópicos. “A justiça tradicional, morosa, ineficaz, que pode
9 levar o jurisdicionado a passar dez, vinte anos litigando sem
10 receber seus direitos, evoluiu com a Lei n.º 9.099/1995 para
11 o modelo dos juizados especiais estaduais, físicos”, explicou
12 o magistrado. “Foi o primeiro caminho para desafogar o
13 Judiciário, melhorando bastante a efetividade da prestação
jurisdicional”, observou.

Internet: <www.justicafederal.gov.br> (com adaptações).

Com base no texto acima, assinale a opção correta em relação à pontuação.

- A O sinal de dois-pontos na linha 3 indica que a oração subsequente é explicativa.
- B A vírgula após “tradicional” (ℓ.4) isola um aposto.
- C As vírgulas após “palestrante” (ℓ.5) e após “sucesso” (ℓ.7) isolam oração restritiva.
- D A vírgula após “Judiciário” (ℓ.13) isola oração reduzida de gerúndio.

QUESTÃO 10

1 Agapito Machado admitiu que, no início, os juizados
2 especiais federais (JEF) tinham alguns defeitos dos juizados
3 tradicionais, porque o juiz não tinha domínio sobre os
4 processos em uma vara com grande carga processual. Mas,
5 em seguida, foi criado o juizado especial federal virtual,
6 modelo de justiça sem papel, com todas as vantagens dos JEF
7 e a maior de todas: ser tudo pela Internet, sem risco de se ter
8 um processo perdido. “A justiça sem papel é rápida e segura
9 e a única coisa física é o dinheiro pago em forma de
10 requisições de pequeno valor (RPV)”, observou. “Este é um
caminho sem volta. Dentro de mais algum tempo, toda a
justiça brasileira será virtual”, concluiu.

Idem, ibidem (com adaptações).

O texto apresentará **erro** gramatical caso se substitua

- A “porque” (ℓ.3) por **visto que**.
- B “Mas” (ℓ.4) por **No entanto**.
- C “em forma de” (ℓ.9) por **de forma que**.
- D “observou” (ℓ.10) por **explicou**.

QUESTÃO 11

1 O Brasil é o sexto colocado na lista de países das
2 Américas que melhor garantem aos cidadãos acesso a
3 informações judiciais pela Internet. A conclusão é do
4 levantamento divulgado nesta semana pelo Centro de Estudos
de Justiça das Américas (CEJA), organismo internacional que
se dedica, entre outras atribuições, a propor inovações e
7 melhorias para as instituições judiciárias dos países da região.

Internet: <www.stj.gov.br> (com adaptações).

Assinale a opção que apresenta **erro** gramatical na substituição proposta para os elementos lingüísticos do texto acima.

- A “acesso a” (ℓ.2) por **acesso às**
- B “A” (ℓ.3) por **Essa**
- C “a propor” (ℓ.6) por **à propor**
- D “para as” (ℓ.7) por **às**

QUESTÃO 12

Nas opções abaixo, os fragmentos, na ordem em que estão apresentados, são partes sucessivas de um texto. Assinale a opção que apresenta **erro** gramatical.

- A O levantamento realizado pelo CEJA em relação ao acesso global à informação pela Internet deu origem à criação de três índices.
- B Um índice para o Judiciário, outro para o Ministério Público (MP) e um terceiro, global, que reúnem os dois anteriores e demonstra a posição de cada país no *ranking*.
- C O MP brasileiro ocupa a nona colocação na lista divulgada, com um índice de 20%, o mesmo atingido há dois anos.
- D A posição final do Brasil no *ranking* se deu por meio da ponderação dos resultados obtidos pelas duas instituições — Judiciário e MP —, com pesos respectivos de 60% e 40% na composição do índice de acesso global à informação via Internet.

Idem, ibidem (com adaptações).

Texto para as questões de 13 a 15

1 Uma das conclusões do estudo do CEJA a respeito do índice de acesso global à informação via Internet é que, embora a maioria dos tribunais e órgãos do Ministério Público

4 dos países das Américas conte com *sites* institucionais, ainda existem grandes diferenças nos níveis de informação neles contidos.

7 A comparação entre os levantamentos realizados em 2004 e 2006 mostra que, em geral, os avanços relevantes observados nos países nesse período estão relacionados à

10 ampliação da publicidade dos atos administrativos e jurisdicionais, além da veiculação de mais informações sobre recursos econômicos do sistema judicial e sua gestão pelas

13 instituições.

Por outro lado, chamam atenção a ausência de avanços e até mesmo a existência de retrocessos relacionados à falta

16 de atualização dos conteúdos dos *sites* dos tribunais quanto à carga de processos e ao desempenho das instituições.

Idem, ibidem (com adaptações).

QUESTÃO 13

Com base no texto, assinale a opção em que a referência indicada para o primeiro elemento está **incorreta**.

- A “neles” (l.5) refere-se a “*sites*” (l.4).
- B “nesse período” (l.9) refere-se a “2004 e 2006” (l.8).
- C “sua gestão” (l.12) refere-se a “recursos econômicos do sistema judicial” (l.12).
- D “retrocessos” (l.15) refere-se a “ausência” (l.14).

QUESTÃO 14

Em relação ao texto, assinale a opção correta.

- A O nível de formalidade do texto está adequado a textos de correspondência oficial.
- B No texto, predomina a narração.
- C A expressão “chamam atenção” (l.14) confere ao texto subjetividade.
- D A expressão “até mesmo” (l.15) tem valor condicional.

QUESTÃO 15

Assinale a opção correta de acordo com as idéias do texto.

- A Há um equilíbrio entre os níveis de informação dos *sites* dos diversos países da América.
- B A maioria dos países da América ainda não conta com *sites* institucionais no Poder Judiciário.
- C Não houve avanços entre 2004 e 2006 no que se refere às informações sobre carga de processos e ao desempenho das instituições.
- D Houve retrocesso quanto à ampliação da publicidade dos atos administrativos no período de 2004 a 2006.

QUESTÃO 16

Milton Hatoum nasceu em Manaus, em 1952. Formou-se em arquitetura na década de 70 pela Universidade de São Paulo, mas é como escritor que vem descobrindo os prazeres do reconhecimento profissional. Em agosto passado, recebeu pelo romance **Cinzas do Norte** (Cia. das Letras), lançado em 2005, o Jabuti de melhor romance, o mais importante prêmio literário do Brasil. Não foi a primeira vez. Seu romance de estréia, **Relato de um Certo Oriente**, publicado em 1989, foi agraciado com a estatueta em 1990. Já seu livro seguinte, **Dois Irmãos**, de 2000, obteve o terceiro lugar na premiação de 2001.

Da infância no Norte, ele guarda muitas memórias e histórias da família, de origem árabe. “Um bom livro é uma forma de conhecimento, de nós mesmos e dos outros”, diz o autor, que trabalha em uma novela sobre o mito da Amazônia para uma editora escocesa.

Simone Goldberg. *Revista TAM*, ano 3, n.º 33, nov./2006, p. 24 (com adaptações).

Em relação às informações do texto, assinale a opção **incorreta**.

- A Milton Hatoum formou-se em arquitetura, mas tornou-se escritor.
- B O escritor recebeu três vezes o primeiro lugar do prêmio literário Jabuti.
- C A família do escritor tem origem árabe.
- D Atualmente, Milton Hatoum trabalha em uma novela sobre o mito da Amazônia.

QUESTÃO 17

Nas opções abaixo, os fragmentos, na ordem em que estão apresentados, são partes sucessivas de um texto. Assinale a opção que apresenta **erro** gramatical.

- A A literatura é o avesso de tudo o que é padronizado e pasteurizado. O espaço da literatura é muito pequeno. No Brasil, cada leitor é um pequeno milagre.
- B Vivemos em um tempo em que a imagem substituiu a palavra. Em 1950, as pessoas tinham de ler jornal para adquirir informação e mesmo cultura.
- C Os bons jornais publicavam excelentes artigos culturais. Com a tevê e a Internet as pessoas ficaram mais viciadas na tela, talvez mais preguiçosas.
- D A leitura sempre foi uma atividade sofisticada, que exige paciência e certo esforço. Um livro é um mundo, mas um mundo interior, subjetivo, que nos fazem pensar e estabelecer novas relações com a realidade e o nosso modo íntimo de ser.

Idem, ibidem, p. 24 (com adaptações).

Texto para as questões de 18 a 20

1 Temos, no Brasil, uma sociedade com salutar mobilidade e, embora reclame urgente modernização, uma legislação trabalhista protetora do trabalhador. Há liberdade
4 de imprensa e de organização partidária e sindical. Não é o caso, evidentemente, de se renunciar a qualquer desses valores em nome do crescimento econômico. O grande
7 desafio, então, é combinar democracia, Estado provedor e economia competitiva. Os países nórdicos conseguiram essa combinação. Claro que a receita deles não pode ser
10 simplesmente repetida aqui. Mas também não se pode descartar, na partida, essa alternativa como se fosse absolutamente inviável.

Fábio Ulhoa Coelho. *Correio Braziliense*, 22/11/06 (com adaptações).

QUESTÃO 18

Em relação ao texto, assinale a opção correta.

- A Na linha 2, as vírgulas após “e” e após “modernização” justificam-se por isolar oração de natureza explicativa.
- B A expressão “desses valores” (l.5-6) refere-se a “modernização” (l.2).
- C A expressão “essa combinação” (l.8-9) refere-se a “combinar democracia, Estado provedor e economia competitiva” (l.7-8).
- D O termo “aqui” (l.10) refere-se a “países nórdicos” (l.8).

QUESTÃO 19

Assinale a opção em que a proposta de substituição para o termo “embora” (l.2) provoca truncamento sintático no período.

- A contanto que
- B conquanto
- C se bem que
- D ainda que

QUESTÃO 20

A expressão “essa alternativa” (l.11) retoma a idéia de

- A combinar democracia, Estado provedor e economia competitiva.
- B renunciar a certos valores.
- C promover organização partidária.
- D providenciar legislação trabalhista.

QUESTÃO 21



Desejando obter informações acerca de um processo, um indivíduo acessou o sítio do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (TJRR) — <http://www.tj.rr.gov.br> — e, após algumas operações de navegação, obteve a página *web* mostrada na janela do Internet Explorer 6 (IE6), ilustrada na figura acima. Considerando essa figura e os conceitos relativos à Internet e ao IE6, assinale a opção **incorreta**.

- A Para imprimir o texto é suficiente realizar os seguintes procedimentos: selecionar o texto, clicar o botão direito do *mouse*, clicar a opção Imprimir e pressionar o botão Imprimir na caixa de diálogo apresentada.
- B Para copiar o texto é suficiente selecionar o texto, clicar o *menu* **Editar** e clicar a opção Copiar.
- C Para imprimir o texto sempre é necessário selecioná-lo, clicar o *menu* **Arquivo** e clicar a opção Imprimir.
- D Para copiar a imagem, é suficiente clicar o botão direito do *mouse*, estando o cursor sobre a figura, e selecionar Copiar.

QUESTÃO 22

Considerando o navegador Internet Explorer 6 (IE6), assinale a opção correta.

- A O serviço da Internet que permite a conversação *online* é o hipertexto.
- B O provedor garante o acesso seguro à Internet por meio de sistema de antivírus automático denominado securiteLink.
- C O IE6 é um editor de texto que salva os arquivos com extensão .doc.
- D O protocolo utilizado para transferir informações na World Wide Web é o http.

QUESTÃO 23

Para definir o sítio <http://www.tj.rr.gov.br> como favorito é suficiente clicar o *menu* Favoritos e, em seguida, clicar

- A Organizar Favoritos.
- B Adicionar Favoritos e, finalmente, clicar OK.
- C OK.
- D Link.

QUESTÃO 24

Assinale a opção que **não** corresponde ao Outlook Express.

- A Possui catálogo de endereço que permite o registro dos contatos.
- B Permite realizar um controle de tarefas pessoais.
- C Permite enviar mensagens com anexos.
- D Permite criar modelos de mensagens personalizadas.

QUESTÃO 25

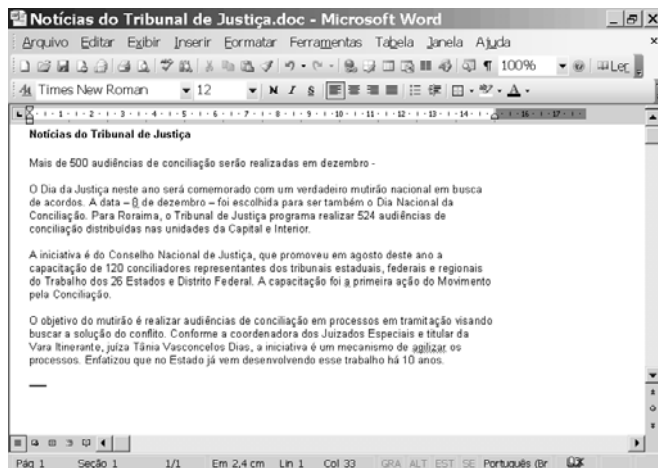
Uma das maneiras mais comuns de se espalhar vírus e vermes na Internet é através de *e-mails*. Assinale a opção correspondente a procedimento que **não** oferece risco de contaminação por vírus e(ou) vermes.

- A Abrir anexos de fontes desconhecidas.
- B Adquirir *software* antivírus e configurá-lo para examinar *e-mails* e anexos.
- C Atualizar *softwares* de jogos via Internet.
- D Instalar o *chat* para receber dados da Internet via *download*.

QUESTÃO 26

Quando uma mensagem é salva no Outlook Express sem ter sido enviada, ela irá para a pasta

- A Itens enviados.
- B Itens excluídos.
- C Rascunhos.
- D Caixa de entrada.

Figura para as questões de 27 a 29

A figura acima ilustra uma janela do Word 2003, que contém parte de um texto extraído e adaptado do sítio <http://www.tj.rr.gov.br>.

QUESTÃO 27

É possível inserir uma borda na página do texto utilizando-se o *menu*

- A Formatar .
- B Inserir .
- C Ferramentas .
- D Tabela .

QUESTÃO 28

É possível colocar sublinhado no título do texto com diversos estilos. Para executar esse procedimento utiliza-se o *menu*

- A Formatar e a opção Fonte.
- B Formatar e a opção Marcadores e numeração.
- C Ferramentas e a opção Contar palavras.
- D Ferramentas e a opção Opções.

QUESTÃO 29

Assinale a opção correspondente ao modo de exibição do texto apresentado na janela do Word 2003.

- A Estrutura de tópicos
- B Layout de impressão
- C Lado a lado horizontal
- D Normal

Figura para as questões de 30 a 32

The screenshot shows the Microsoft Excel 2002 interface. The title bar reads 'Microsoft Excel - controle de processos.xls'. The menu bar includes 'Arquivo', 'Editar', 'Exibir', 'Inserir', 'Formatar', and 'Ferramentas'. The 'Dados' menu is open, showing 'Janela' and 'Ajuda'. The toolbar contains various icons for file operations and editing. The spreadsheet has columns A through G and rows 1 through 7. The data is as follows:

	A	B	C	D	E	F	G
1	Número do processo	Classificação	Valor				
2	123	Família	200				
3	125	Criminal	300				
4	126	Família	130				
5	158	Civil	150				
6	Total						
7							

A figura acima ilustra uma planilha em elaboração em uma janela do Excel 2002.

QUESTÃO 30

Assinale a opção correspondente à fórmula correta para se calcular a soma das parcelas incluídas nas células de C2 a C5.

- A C2+C3+C4+C5.
- B =SOMA(C2:C5)
- C =SOMA(C2;C5)
- D =C2*C3*C4*C5

QUESTÃO 31

Para dar à célula A1 da planilha o formato apresentado é possível que se tenha usado o procedimento de

- A quebrar texto automaticamente, encontrado no menu **Formatar**.
- B ajustar planilha do menu **Janela**.
- C formatar coluna.
- D formatar linha.

QUESTÃO 32

Com relação a recursos do Excel 2003, assinale a opção **incorreta**.

- A Possibilita a inserção de comentários nas células.
- B Possibilita ocultar células para garantir a segurança dos dados.
- C Possui recurso de segurança que impede automaticamente a inserção de vírus nos arquivos com extensão xls.
- D Possibilita a criação de criar páginas na Internet com o conteúdo das planilhas.


QUESTÃO 33

No Windows Explorer, os arquivos e pastas possuem folhas de propriedades que exibem informações, como o tamanho, o local e a data de criação da pasta ou arquivo. As informações exibidas nas propriedades de um arquivo ou pasta **não** incluem

- A os atributos do arquivo ou da pasta.
- B o tipo de arquivo.
- C o nome do programa que abre o arquivo.
- D provedor de origem.

QUESTÃO 34

Com o objetivo de proteger um documento confidencial, digitado no Word 2003, contra acessos indevidos, é possível utilizar recurso de segurança encontrado

- A no menu **Formatar**.
- B no menu **Exibir**.
- C no menu **Ferramentas**.
- D na ferramenta .

QUESTÃO 35

Com relação à compactação de arquivo, assinale a opção correta.

- A É necessário utilizar o *plugin* de xls para compactar um arquivo de imagem.
- B As pastas compactadas com o recurso Pastas compactadas (zipadas) utilizam menos espaço em disco e podem ser transferidas para outros computadores mais rapidamente.
- C Compactar significa criar uma cópia de segurança para evitar perdas de arquivos.
- D O recurso de compactação inibe todo e qualquer tipo de vírus, uma vez que o arquivo está compactado.

QUESTÃO 36

Assinale a opção correta acerca do Código de Organização Judiciária do Estado de Roraima.

- A É prerrogativa do magistrado ser ouvido como testemunha, em dia, hora e local previamente ajustados com a autoridade, inclusive de instância superior à sua.
- B É dever do magistrado residir na comarca em que atua.
- C A permuta, entre magistrados, de lotação em comarcas depende exclusivamente de consenso mútuo.
- D O acesso ao tribunal de justiça somente deve ocorrer por antiguidade e entre todos os magistrados de primeiro grau de jurisdição.

QUESTÃO 37

Assinale a opção correta a respeito do agravo de instrumento, segundo o Regimento Interno do TJRR.

- A Não há prazo para o relator solicitar a definição do dia para o julgamento do agravo de instrumento.
- B Nos agravos de instrumento, para viabilizar o seguimento de recursos especial e extraordinário, o presidente do tribunal poderá, se entender necessário, ordenar extração e juntada de outras peças ao traslado do agravo de instrumento.
- C A intimação do agravado deve ser feita sempre por meio de publicação no Diário do Poder Judiciário.
- D Transitada em julgado a decisão proferida nos autos do agravo de instrumento, as partes devem ser intimadas para, caso queiram, extrair documentos dos autos. Decorridos dois anos da intimação, os autos devem ser remetidos ao arquivo para posterior incineração.

QUESTÃO 38

Assinale a opção correta com relação ao mandado de segurança de acordo com o Regimento Interno do TJRR.

- A Os mandados de segurança serão processados e julgados pela Câmara Única ou pelo Tribunal Pleno, conforme suas respectivas competências, nos termos da lei e do Regimento Interno do TJRR.
- B É desnecessário que a petição inicial do mandado de segurança de competência originária do tribunal seja acompanhada de tantas vias quantas forem as autoridades apontadas como coatoras, pois incumbe à secretaria do Tribunal Pleno providenciar tais cópias.
- C No julgamento de mandado de segurança, não é facultado aos advogados das partes fazerem sustentação oral.
- D Não cabe recurso da decisão do relator que indeferir a inicial, conceder ou negar liminar, ou decretar a perempção ou a caducidade da medida.

QUESTÃO 39

De acordo com o Regimento Interno do TJRR, compete ao Tribunal Pleno

- A julgar reclamações contra juízes de direito e substitutos e aplicar-lhes as penas de advertência e censura.
- B emitir parecer sobre emendas ao Regimento Interno e, caso aprovadas, dar-lhes redação final e incorporá-las ao texto, nos lugares adequados.
- C a inspeção permanente sobre todos os juízes e auxiliares de justiça, para instruí-los, emendar-lhes os erros e, em relação a estes, punir-lhes as faltas e os abusos.
- D convocar juiz de direito de última entrância para completar o *quorum* de julgamento, quando, havendo suspeição ou impedimento dos integrantes do tribunal, não for possível a substituição na forma prevista no Regimento Interno.

QUESTÃO 40

Assinale a opção correta a respeito da ordem dos serviços no TJRR, segundo o Regimento Interno.

- A Verificada e anotada nos autos, pelo protocolo, a insuficiência de preparo decorrente de erro de conta, deve o processo ser distribuído independentemente da complementação, que será tida como determinada pelo órgão julgador para ser feita a final.
- B Os expedientes que não tenham classificação específica nem sejam acessórios ou incidentes não devem ser registrados e autuados.
- C O registro de petições dos autos poderá ser feito no dia seguinte ao da entrada da petição no tribunal, se esta ocorrer ao final do expediente, consignando-se a circunstância e ficando os autos sob a responsabilidade do servidor que os receber.
- D O reexame necessário e o recurso de embargos de declaração dependem de preparo.

QUESTÃO 41

Assinale a opção correta acerca do funcionamento do TJRR, conforme previsto no Regimento Interno do TJRR.

- A Todos os processos constantes de pauta e não julgados devem ser novamente incluídos em pauta.
- B Nos julgamento de agravo, o presidente do Plenário ou da Câmara Única, elaborado o relatório, deve dar a palavra ao agravante e, em seguida, ao agravado, para sustentação de alegações.
- C A ordem de preferência no julgamento é a seguinte: *habeas corpus*; mandado de segurança; processos criminais; conflitos de competência ou de jurisdição; outros processos.
- D O Plenário ou a Câmara Única não pode converter julgamentos em diligência.

QUESTÃO 42

Considerando o Regimento Interno do TJRR, assinale a opção correta no que se refere a julgamentos.

- A O resultado da votação constante da ata e do extrato, depois de anunciado pelo presidente, não poderá ser corrigido.
- B O resultado do julgamento deve ser anunciado pelo relator e lançado no extrato referente ao processo.
- C O desembargador que nega o principal não pode votar no acessório, salvo para desempatar.
- D Quando se trata de declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato do poder público ou de uniformização de jurisprudência, as deliberações devem ser tomadas por voto da maioria absoluta dos membros do Tribunal Pleno.

QUESTÃO 43

Assinale a opção correta quanto aos processos criminais da competência originária do TJRR, segundo o Regimento Interno do TJRR.

- Ⓐ A comunicação das decisões concessivas de *habeas corpus* devem ser sempre subscritas pelo presidente do órgão julgador que tiver concedido a ordem.
- Ⓑ O Tribunal Pleno não pode expedir, de ofício, ordem de *habeas corpus*.
- Ⓒ A distribuição do inquérito ou da representação não torna preventivo o relator.
- Ⓓ Tratando-se de *habeas corpus*, os autos devem ser distribuídos e conclusos, dentro de 24 horas, ao relator, incumbindo a ele fixar o prazo em que deverão ser prestadas informações e assinar ofício que os solicite.

QUESTÃO 44

De acordo com o disposto na Lei Complementar n.º 53/2001 do estado de Roraima, assinale a opção correta a respeito das penalidades disciplinares.

- Ⓐ A destituição de cargo em comissão exercido por não-ocupante de cargo efetivo deve ser aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de multa, suspensão e demissão.
- Ⓑ Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias consecutivos durante o período de doze meses.
- Ⓒ Deve ser cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.
- Ⓓ A suspensão é a penalidade aplicável no caso de revelação de segredo do qual o servidor se apropriou em razão do cargo.

QUESTÃO 45

Assinale, com base no Regimento Interno do TJRR, a opção correta acerca dos serviços auxiliares do TJRR.

- Ⓐ Ao presidente do tribunal compete supervisionar, coordenar e dirigir todas as atividades administrativas da diretoria.
- Ⓑ A organização da diretoria-geral do tribunal deve ser fixada em resolução do Conselho da Magistratura.
- Ⓒ Integram os serviços auxiliares a diretoria-geral, as secretarias do tribunal, da presidência, da vice-presidência, da corregedoria-geral de justiça, do Tribunal Pleno, da Câmara Única e do Conselho da Magistratura.
- Ⓓ Excetuando-se o diretor-geral, qualquer servidor do tribunal que tiver de servir nas sessões do Pleno ou da Câmara Única, ou que a elas comparecer a serviço deverá trajar passeio completo e fazer uso da capa funcional.

QUESTÃO 46

Em relação à justiça militar, assinale a opção correta.

- Ⓐ O Conselho Especial de Justiça processa e julga oficiais da ativa, exceto o comandante-geral da Polícia Militar.
- Ⓑ O Conselho Permanente de Justiça processa e julga o comandante-geral da Polícia Militar.
- Ⓒ O juiz auditor tem direito a voz, mas não vota no julgamento dos oficiais superiores da Polícia Militar.
- Ⓓ Cada comarca tem sua auditoria militar, sendo que, onde houver um único juiz, esta será cumulada com as demais competências.

QUESTÃO 47

Assinale a opção correta acerca das competências genéricas dos juízes de direito e dos juízes substitutos.

- Ⓐ Somente os juízes de direito podem aplicar pena disciplinar e decidir reclamações contra seus serventuários, excluindo-se dessa atribuição os juízes substitutos, por estarem em estágio probatório.
- Ⓑ Os juízes substitutos praticam apenas atos ordinatórios e decisões interlocutórias, sendo reservada aos juízes titulares a prolação de sentenças.
- Ⓒ Os juízes substitutos não podem exercer a diretoria de fórum.
- Ⓓ Os juízes substitutos e os juízes de direito devem informar mensalmente à corregedoria, entre outros assuntos, o número de audiências realizadas.

QUESTÃO 48

À luz do Código de Organização Judiciária do Estado de Roraima, assinale a opção correta em relação ao regime jurídico dos magistrados.

- Ⓐ A reintegração no cargo de magistrado não implica ressarcimento de vencimentos não percebidos.
- Ⓑ O magistrado em disponibilidade pode retornar ao efetivo exercício da judicatura, mediante aproveitamento.
- Ⓒ Compete ao corregedor-geral do TJRR dar posse aos juízes substitutos, e ao presidente desse tribunal, nomear e dar posse aos juízes de direito.
- Ⓓ O magistrado que atua em vara criminal e que seja colocado em disponibilidade pode ser reaproveitado em vara cível, desde que aprovado em junta médica oficial.

QUESTÃO 49

Acerca do Código de Organização Judiciária do Estado de Roraima, assinale a opção correta.

- Ⓐ É obrigatória a promoção de juiz que figure por duas vezes consecutivas na lista de merecimento.
- Ⓑ Na promoção de juiz por merecimento, leva-se em consideração apenas o aproveitamento em cursos de aperfeiçoamento de magistrados oferecidos pelo TJRR.
- Ⓒ Apenas a penalidade de censura impede, pelo período de um ano, após a sua aplicação, a promoção de juiz por merecimento.
- Ⓓ Não é permitida a permuta de magistrados quando um dos permutantes contar com mais de sessenta e nove anos ou não tiver um ano de efetivo exercício na mesma entrância.

QUESTÃO 50

Assinale a opção correta quanto à investidura em cargos públicos.

- Ⓐ Somente brasileiros natos ou naturalizados podem ser investidos em cargos públicos.
- Ⓑ A investidura no cargo público ocorre com o efetivo exercício no cargo.
- Ⓒ O gozo dos direitos políticos é essencial para o exercício de cargo público.
- Ⓓ Aos portadores de deficiências físicas são asseguradas 5% das vagas oferecidas em concursos públicos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 51

Acerca dos direitos fundamentais previstos constitucionalmente, assinale a opção correta.

- A As violações a direitos fundamentais ocorrem somente no âmbito das relações entre o cidadão e o Estado, não ocorrendo, portanto, nas relações entre pessoas físicas e(ou) pessoas jurídicas de direito privado.
- B Os direitos e as garantias individuais têm caráter absoluto devido a seu elevado grau de importância no sistema constitucional.
- C Segundo a Constituição Federal, o exercício das liberdades públicas não pode ser condicionado.
- D Na Constituição Federal, foram estabelecidos direitos tanto individuais quanto de grupos sociais.

QUESTÃO 52

Assinale a opção que está em consonância com a interpretação que o Supremo Tribunal Federal (STF) tem dado aos direitos fundamentais.

- A É constitucional provimento judicial que, em ação civil de investigação de paternidade, implique determinação no sentido de o réu ser conduzido ao laboratório, “debaixo de vara”, para coleta do material indispensável à realização do exame de DNA.
- B A adoção, pelo poder público, do critério fundado na idade do candidato importa em ofensa ao postulado fundamental da igualdade, se a esse tratamento diferenciado instituído pelo legislador não corresponder motivo bastante que o justifique lógico e racionalmente.
- C O postulado constitucional do devido processo legal, em sua destinação jurídica, não está vocacionado à proteção da propriedade.
- D O princípio da isonomia, que se reveste de auto-aplicabilidade, é suscetível de regulamentação ou de complementação normativa.

QUESTÃO 53

Assinale a opção correta quanto às disposições da Constituição Federal no que se refere ao Poder Judiciário.

- A A Constituição extinguiu o Tribunal Federal de Recursos e criou os tribunais regionais federais — aos quais compete processar e julgar originariamente *habeas corpus* contra ato de juiz federal — e o Superior Tribunal de Justiça (STJ).
- B Compete ao STF processar e julgar, originariamente, ação direta de inconstitucionalidade contra lei ou ato normativo municipal.
- C A competência do STF submete-se a ampla elasticidade interpretativa, ante a sua condição de guardião da ordem jurídica constitucional.
- D É de um ano o prazo decadencial para a representação de inconstitucionalidade de lei federal junto ao STJ.

QUESTÃO 54

Em relação à segurança pública e à sua organização, assinale a opção **incorreta**.

- A A eventual atribuição da função de radiopatrulha aérea à polícia militar é constitucional, embora a polícia aeroportuária seja de competência privativa da União, pois o âmbito de atuação desta não se confunde com o policiamento ostensivo do espaço aéreo.
- B Como os princípios da unidade e da indivisibilidade não regem a polícia civil e a militar, seria constitucional a inclusão de uma coordenadoria-geral de perícias entre os órgãos de segurança pública dos estados.
- C Os estados-membros devem obediência às regras de iniciativa legislativa reservada, fixadas na Constituição Federal, de modo que a gestão da segurança pública, como parte integrante da administração pública, pode não ser prevista na constituição dos estados como uma atribuição privativa do respectivo governador.
- D Como a segurança pública, dever do Estado e direito de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, ela só pode ser sustentada pelos impostos, e não, por taxas, mesmo se for solicitada por particular para a sua segurança ou para a de terceiros, a título preventivo, ainda que em evento aberto ao público.

QUESTÃO 55

A respeito do STJ e de suas competências, assinale a opção correta.

- A Em razão da norma constitucional, todas as competências originárias e recursais do STJ devem ser exercitadas, necessariamente, pelo plenário ou pela Corte Especial, não cabendo ao regimento interno do tribunal dispor sobre a competência e funcionamento desse tribunal.
- B Excetuado o procurador-geral da República, que tem prerrogativa de foro perante o STJ, os membros do Ministério Público da União que atuem perante qualquer tribunal judiciário estão sujeitos à jurisdição penal originária dos tribunais regionais federais.
- C Funciona junto ao STJ o Conselho da Justiça Federal, ao qual cabe, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da justiça federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões têm caráter vinculante.
- D O STJ tem atribuição jurisdicional para dirimir, em caráter originário, conflitos de competência quando instaurados entre turma recursal integrante do sistema de juizados especiais e qualquer dos tribunais locais.

QUESTÃO 56**Monarquia**

Dentro da forma de governo denominada monarquia, o rei ou monarca é o chefe de Estado. Por meio dos princípios básicos de hereditariedade e vitaliciedade, o poder lhe é transmitido ao longo de uma linha de sucessão. Há monarquias em que o chefe de Estado é eleito, mas recebe o título de monarca; isso é exceção, como no Vaticano e na Polônia nos séculos XVII e XVIII.

Internet: <www.wikipedia.com> (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, assinale a opção correta a respeito das formas e dos sistemas de governo.

- Ⓐ A monarquia é uma forma de governo que admite mais de um tipo de sistema de governo.
- Ⓑ Em todas as monarquias, o rei ou monarca é chefe de Estado e de governo ao mesmo tempo.
- Ⓒ Em uma monarquia, o monarca é submetido à aprovação de parlamentares depois de apresentar seu plano de governo, mas, por meio de uma moção de censura, o rei pode vir a ser derrubado pelo parlamento.
- Ⓓ Uma república, ao contrário de uma monarquia, é um sistema de governo no qual um representante, normalmente chamado presidente, é escolhido para ser o chefe de Estado, podendo ou não acumular esse poder com o do Poder Executivo.

QUESTÃO 57**Poder Legislativo**

O Poder Legislativo é o poder de legislar, de criar leis. No sistema de três poderes proposto por Montesquieu, o Poder Legislativo é representado pelos legisladores, homens que devem elaborar as leis que regulam o Estado. O Poder Legislativo na maioria das repúblicas e das monarquias é constituído por um congresso, parlamento, assembléias ou câmaras.

Internet: <www.wikipedia.com> (com adaptações).

Acerca do Poder Legislativo brasileiro, assinale a opção correta.

- Ⓐ Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do presidente da República, sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa sem que isso implique ofensa ao princípio da harmonia entre os poderes, preconizado por Montesquieu.
- Ⓑ A garantia constitucional da imunidade parlamentar em relação às palavras proferidas por parlamentares no exercício e em razão do mandato não é um mecanismo apto a, pelo menos em tese, garantir independência aos membros do Poder Legislativo.
- Ⓒ O poder de legislar, no Brasil, é exercido, na esfera federal, dentro de um sistema bicameral.
- Ⓓ Os legisladores ou parlamentares federais são os deputados, os senadores e o presidente da República, quando este edita medida provisória.

QUESTÃO 58

A respeito da ordem constitucional social, assinale a opção correta.

- Ⓐ A seguridade social será financiada por empregadores, mediante recursos provenientes da receita de concursos e prognósticos.
- Ⓑ A promoção da educação às pessoas com deficiência, segundo os ditames constitucionais, deve ser realizada mediante atendimento educacional, preferencialmente, na rede especial de ensino.
- Ⓒ A disciplina e as competições desportivas estão submetidas a uma justiça desportiva que se confunde com o Poder Judiciário nacional.
- Ⓓ A ordem social tem como base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

QUESTÃO 59

Acerca dos crimes contra a administração pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ Para a configuração do peculato é irrelevante serem particulares os bens apropriados ou desviados, pois basta a posse da coisa em razão do cargo, ainda que sua propriedade seja de particular.
- Ⓑ No crime de concussão, a vantagem exigida deve beneficiar o próprio agente, não se configurando o delito caso a vantagem indevida venha a beneficiar terceiro.
- Ⓒ Em nenhuma hipótese, restará configurado o crime de excesso de exação quando ficar constatado que o tributo ou a contribuição social exigido pelo funcionário era legalmente devido.
- Ⓓ Se, por negligência, o funcionário, indevidamente, deixar de praticar ato de ofício ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, ele responderá pelo crime de prevaricação, sem prejuízo das sanções administrativas pertinentes.

QUESTÃO 60

Com relação aos crimes contra o patrimônio, assinale a opção correta.

- Ⓐ A distinção entre o furto mediante fraude e o estelionato é que, no primeiro, o agente emprega a fraude para subtrair o bem sem o consentimento do proprietário, enquanto, no estelionato, há o emprego do meio fraudulento para iludir o ofendido a entregar voluntariamente o bem.
- Ⓑ A qualificadora do rompimento de obstáculo à subtração da coisa só incide caso a violência seja empregada quando o obstáculo é inerente à própria *res furtiva*.
- Ⓒ A consumação do crime de extorsão mediante seqüestro ocorre no momento da obtenção da vantagem exigida como preço pelo resgate da vítima.
- Ⓓ Para a tipificação do crime de apropriação indébita, é necessário que o agente empregue meio fraudulento para que a coisa seja confiada a ele pelo ofendido, invertendo, logo após, sua posse ou detenção.

QUESTÃO 61

Acerca da parte geral do Código Penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ A entrada em vigor de lei nova que deixe de considerar o fato criminoso é uma das causas de extinção da punibilidade.
- Ⓑ Age em legítima defesa aquele que, após ter aceito um desafio para um duelo, ofende a integridade física do desafiante.
- Ⓒ A coação moral irresistível é causa de exclusão de antijuridicidade, pois afasta o caráter injusto do delito.
- Ⓓ O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo e impede a punição do agente por crime culposos.

QUESTÃO 62

Com referência aos crimes hediondos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Com a entrada em vigor da lei dos crimes hediondos, os crimes dessa natureza ocorridos antes dessa vigência foram alcançados pelos dispositivos dessa lei, em específico pelo que determina o cumprimento da pena em regime integralmente fechado.
- Ⓑ Dependendo da pena imposta pelo crime de natureza hedionda, o réu será beneficiado com liberdade provisória, caso a lei assim o admita.
- Ⓒ Conforme vem decidindo o STF, estende-se aos crimes hediondos a admissibilidade de progressão de regime de execução da pena, visto ser direito garantido constitucionalmente aos condenados.
- Ⓓ O homicídio simples somente é considerado crime hediondo quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente.

QUESTÃO 63

No que se refere aos crimes contra a pessoa, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Mesmo resultando em lesão corporal grave ou morte, o latrocínio encontra-se capitulado nos crimes contra o patrimônio e não, nos crimes contra a pessoa.
- Ⓑ A lesão corporal grave, da qual resulta incapacidade por mais de trinta dias, somente pode ser reconhecida com base nas declarações da vítima ou na confissão do réu, sem que haja necessidade de exame pericial complementar.
- Ⓒ Não se pune o aborto se a gravidez resulta de estupro, sobretudo se é precedido de consentimento da gestante.
- Ⓓ No caso do homicídio culposos, o juiz poderá conceder o perdão judicial se as conseqüências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.

QUESTÃO 64

A propósito das leis penais extravagantes, assinale a opção correta.

- Ⓐ Pode ser preso em flagrante delito o agente que mantenha, em depósito, substância entorpecente destinada ao tráfico, mesmo que o agente esteja em local diverso daquele em que se encontra o entorpecente.
- Ⓑ O prazo para o oferecimento da denúncia nos casos de crimes de abuso de autoridade é de 15 dias, contados a partir da prática do delito.
- Ⓒ Aplicam-se aos crimes de abuso de autoridade as mesmas regras procedimentais referentes aos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.
- Ⓓ Na tipificação de crime de abuso de autoridade, não se admite a participação de terceiro que não detenha autoridade, pois se trata de crime próprio.

QUESTÃO 65

Assinale a opção correta no que diz respeito a jurisdição e competência.

- Ⓐ A jurisdição penal é exercida pelos juízes estaduais comuns, pela justiça militar estadual, pela justiça militar federal, pela justiça federal, pela justiça eleitoral e pela justiça do trabalho.
- Ⓑ Chama-se de jurisdição inferior aquela exercida pelos juízes que ordinariamente conhecem do processo desde o seu início, a exemplo dos juízes de direito na justiça estadual.
- Ⓒ Sendo o STF órgão máximo de jurisdição superior, os magistrados e ministros das instâncias inferiores são subordinados hierarquicamente ao presidente desse tribunal.
- Ⓓ No processo penal, o foro comum é determinado predominantemente no interesse do réu, em atenção ao princípio da ampla defesa e ao princípio da verdade real.

QUESTÃO 66

Suponha que a autoridade policial, por meio das suas atividades de rotina, tenha tomado conhecimento da existência de um crime de homicídio. Considerando essa situação, assinale a opção correta.

- Ⓐ A forma como a autoridade policial tomou conhecimento do delito é denominada *notitia criminis* de cognição coercitiva.
- Ⓑ Sendo o homicídio crime de ação pública penal condicionada, caberá à autoridade policial aguardar requisição do Ministério Público para iniciar as investigações.
- Ⓒ Sem provocação de quem quer que seja, a autoridade policial deve iniciar o inquérito policial de ofício, pois se trata de crime de ação pública incondicionada.
- Ⓓ Na situação descrita, a autoridade policial deve, tão logo tenha conhecimento do fato, determinar diligências no sentido de realizar a prisão em flagrante do autor do delito, a qual somente será legal se ocorrer no prazo legal de 24 horas.

QUESTÃO 67

Assinale a opção **incorreta** no que se refere à ação penal pública condicionada e à ação penal privada.

- Ⓐ O delegado de polícia perderá a disponibilidade da ação penal nos crimes de ação penal privada e nos crimes em que a ação penal pública depender de requisição do ministro da justiça ou de representação do ofendido.
- Ⓑ Diante da ocorrência de crimes de ação penal pública condicionada, pode o juiz instaurar a ação penal de ofício, uma vez que esta é de titularidade do ofendido.
- Ⓒ A intervenção do Ministério Público na ação penal privada se dá na qualidade de fiscal da lei, cabendo-lhe a tarefa de aditar a queixa, para corrigir defeitos ou suprir omissões, e intervir em todos os termos do processo.
- Ⓓ Nos crimes de ação penal privada, o inquérito policial deve ser iniciado mediante requerimento do ofendido ou de seu representante legal.

QUESTÃO 68

No que tange à prova no processo penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ O laudo preliminar de constatação de existência de substância entorpecente pode ser realizado por um único perito, pois se trata de condição de procedibilidade, necessária apenas para efeito de lavratura do auto de prisão em flagrante e do oferecimento da denúncia.
- Ⓑ A falta de perícia em local de acidente de trânsito acarreta nulidade absoluta do processo, pois a lei processual penal determina a indispensabilidade do exame pericial nas infrações que deixarem vestígios.
- Ⓒ A prova pericial, por sua natureza eminentemente técnica, vincula a decisão judicial à conclusão do exame pericial.
- Ⓓ Somente a autoridade judiciária pode determinar a perícia, mesmo na fase investigatória, pois vige, na produção da prova pericial, o princípio do contraditório.

QUESTÃO 69

Acerca da prisão em flagrante, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ A prisão em flagrante delito pode ser realizada em qualquer dia, em qualquer lugar e a qualquer hora, ressalvada, no entanto, a inviolabilidade do domicílio.
- Ⓑ A lavratura do auto de prisão em flagrante é ato de natureza administrativa e torna-se prisão processual somente a partir do momento em que o juiz a mantém.
- Ⓒ No flagrante provocado ou preparado, não haverá, em nenhuma hipótese, a consumação do delito, exceto no caso de drogas, em razão de a eventual conduta precedente já configurar o delito consumado.
- Ⓓ Considera-se flagrante próprio aquele em que o agente é encontrado logo após o delito com instrumentos, documentos, produto ou arma do crime.

QUESTÃO 70

Com relação ao *habeas corpus*, assinale a opção correta.

- Ⓐ Caberá *habeas corpus* contra decisão do juiz que defere ao réu liberdade provisória em virtude de prisão em flagrante, podendo o remédio jurídico ser interposto pela autoridade policial ou pelo representante do Ministério Público.
- Ⓑ O *habeas corpus* pode ser impetrado por meio de petição anônima, pois o juiz poderá conceder a ordem desde que identificado o paciente.
- Ⓒ Em inquérito policial instaurado pela autoridade policial mediante requisição judicial, a autoridade coatora é o juiz de direito, pois o delegado de polícia não podia deixar de cumprir a requisição.
- Ⓓ Em nenhuma hipótese, a defesa do réu pode ser cometida a pessoa leiga, não sendo possível a prática de qualquer ato privativo de advogado por pessoa não inscrita no órgão da classe, mesmo que em sede de *habeas corpus*.

QUESTÃO 71

Acerca de regras gerais do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, assinale a opção correta.

- Ⓐ As normas sobre provimento e nomeação, entre outras, consagram o princípio democrático de recrutar e selecionar pessoal para cargos públicos, em regra, mediante concurso público.
- Ⓑ Esse regime não reserva percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais. Tal definição está presente apenas na Constituição Federal.
- Ⓒ Quanto à idade, essa lei indica limites mínimo e máximo para ingresso em cargos públicos.
- Ⓓ No preenchimento de cargos para os quais em geral se exigem qualificação profissional, como a profissão de contador ou advogado, não é imprescindível que esta condição esteja satisfeita porque o rol de requisitos é taxativo.

QUESTÃO 72

A respeito de investidura e nomeação, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ O prazo para investidura em cargo público é de 30 dias contados da publicação do ato de provimento.
- Ⓑ A posse do cidadão no cargo para o qual foi nomeado significa a aceitação da investidura.
- Ⓒ Mesmo tendo havido ilegalidade no ato de nomeação, o servidor que deseja permanecer no cargo pode invocar direito adquirido.
- Ⓓ Dentro do prazo de validade do concurso, o candidato aprovado tem direito à nomeação, quando o cargo for preenchido sem observância da classificação.

QUESTÃO 73

Quanto às vantagens dos servidores públicos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Poderão ser pagas aos servidores públicos vantagens como indenizações, que, como regra, se incorporam à remuneração ou ao provento.
- Ⓑ Nos casos em que o deslocamento da sede constitui exigência permanente do cargo, o servidor não fará jus a diárias.
- Ⓒ A indenização de transporte, por ser paga em pecúnia, sofre a incidência de imposto de renda e contribuição previdenciária.
- Ⓓ A gratificação natalina deve ser paga de acordo com a remuneração a que o servidor tem direito no mês em que for pago o adiantamento dessa gratificação.

QUESTÃO 74

Na organização administrativa da União podem ser encontradas figuras jurídicas como órgãos, entidades e autoridades. Assinale a opção correta acerca dessas figuras.

- Ⓐ Entidades são centros internos de competência, integrados por pessoas administrativas, com a finalidade de melhor organizar a atuação dessas pessoas.
- Ⓑ A mais notável característica dos órgãos é o fato de serem dotados de personalidade jurídica própria.
- Ⓒ Entidades não detêm personalidade judiciária, ou seja, não têm a capacidade de assumir a condição de parte em uma lide processual.
- Ⓓ A noção de autoridade tem mais de um sentido, pode comportar o conceito de sujeito, um servidor dotado de poder de decisão, e pode ter o sentido de poder administrativo.

QUESTÃO 75

Não se configura caso de concessão administrativa o

- Ⓐ contrato realizado entre o Estado e particulares para manutenção de rodovias no país, em que, durante um período preestabelecido em contrato, a iniciativa privada deve cumprir rigorosamente um extenso cronograma de investimentos, com fiscalização e monitoramento do Estado e, ao final da gestão privada, a rodovia volta ao poder público com todos os benefícios realizados, como a ampliação, a renovação e a modernização da malha rodoviária.
- Ⓑ contrato em que se prevê um conjunto de direitos e obrigações de empresa particular com o Estado para prestação do serviço público de telecomunicações e exploração da infra-estrutura afeta à prestação desses serviços, por período pré-determinado e remuneração tarifária.
- Ⓒ contrato em que ministério permite ao particular a exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, visando à instalação, à operação e à manutenção de cerca de 2.250 quilômetros de novas linhas, mediante remuneração tarifária.
- Ⓓ contrato de adesão em que o Estado permite a particulares ligados a uma cooperativa explorar serviços rodoviários municipais de transporte coletivo de passageiros.

QUESTÃO 76

Quanto aos deveres dos servidores públicos, assinale a opção que traz o dever cuja violação tem previsão expressa de aplicação da pena de demissão, prevista na Lei n.º 8.112/1990.

- Ⓐ Cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais.
- Ⓑ Respeitar, em serviço, a integridade física de servidor ou particular.
- Ⓒ Atender com presteza ao público em geral.
- Ⓓ Em razão do cargo, levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência.

QUESTÃO 77

Segundo a Lei n.º 4.878/1965, que consolida o regime jurídico dos servidores públicos civis da União e do Distrito Federal ocupantes de cargos de atividade policial, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ A Lei n.º 4.878/1965 permite a aplicação subsidiária do Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União, Lei n.º 8.112/1990, ressalvada a hipótese de colisão com dispositivo específico.
- Ⓑ A Lei n.º 4.878/1965 mantém em seu texto valores e princípios de ordem institucional militar derivados do momento político e social vivenciado no ano de 1965.
- Ⓒ A aplicação e a interpretação da Lei n.º 4.878/1965 devem ser realizadas sob a influência dos princípios constitucionais da atual ordem jurídica constitucional.
- Ⓓ A norma da Lei n.º 4.878/1965 que exige como condição para ingresso no serviço público a realização de exame psicotécnico ofende a Constituição Federal.

QUESTÃO 78

Assinale a opção **incorreta** segundo a Lei de Improbidade Administrativa.

- Ⓐ A Lei de Improbidade Administrativa alcança os atos praticados por qualquer agente público, seja ele servidor ou não.
- Ⓑ Não só as ações dolosas, mas também as culposas podem configurar ato de improbidade administrativa.
- Ⓒ Exigir a apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o patrimônio privado do cidadão no momento em que este toma posse ou entra em exercício em cargo público configura ato de improbidade.
- Ⓓ É ato ímprobo que atenta contra os princípios da administração pública retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.

QUESTÃO 79

O dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa apresenta os seguintes verbetes:

anticrese: contrato em que o devedor entrega um imóvel ao credor, transferindo-lhe o direito de auferir os frutos e rendimentos desse mesmo imóvel para compensar a dívida; consignação de rendimento;

hipoteca: oferecimento de um bem, geralmente imóvel, como garantia na tomada de um empréstimo pecuniário;

penhor: empenho ou entrega de coisa móvel ou imóvel como garantia de obrigação assumida.

A respeito desses direitos reais de garantia, assinale a opção **incorreta**.

- A No penhor, a coisa móvel ou mobilizável dada em garantia fica sujeita, por vínculo real, ao cumprimento da obrigação. Em regra, todos os bens alienáveis, podem ser objetos de penhor.
- B Se o imóvel hipotecado for alienado, ou seja, com transferência do domínio, subsistem os ônus reais preexistentes. Assim, poderá o credor hipotecário promover a expropriação do bem hipotecado.
- C Na anticrese e na hipoteca, o devedor transfere o imóvel dado em garantia da dívida para o credor, permanecendo, no entanto, o imóvel gravado em sua posse direta.
- D Constituído o direito real de garantia, seja penhor ou hipoteca, e ocorrendo a impontualidade do devedor, o bem gravado é oferecido à penhora e o produto, por ele alcançado em praça, destina-se ao pagamento da obrigação garantida.

QUESTÃO 80

Quanto aos direitos reais, assinale a opção correta.

- A O contrato de promessa de compra e venda de imóvel sem cláusula de arrependimento, registrado no cartório de registro de imóveis, gera, para o promitente comprador, o direito real à aquisição do imóvel.
- B Considere-se que, em virtude de benfeitorias edificadas pelo seu proprietário, o imóvel tornou-se encravado em outro imóvel e que o proprietário desse segundo imóvel, por anuência tácita e por simples cortesia, aceite a passagem para o primeiro. Nessa situação, gerou-se para o imóvel encravado o direito de servidão de passagem.
- C O direito de uso conferido a mais de uma pessoa conjuntamente transfere-se, por morte de cada usuário, a seus sucessores. Se apenas um ou algum desses usuários detiver a posse da coisa e dela usufruir os frutos, ele deverá compensar os demais beneficiários.
- D O proprietário pode alienar a outrem, mediante escritura pública, o direito de explorar os recursos minerais no subsolo de seu imóvel, bem como ceder parte da superfície do bem.

QUESTÃO 81

Assinale a opção correta acerca da posse.

- A Constituto-possessório é uma cláusula contratual mediante a qual o alienante (vendedor) transmite a posse da coisa alienada ao nome do comprador, embora continue a deter o bem. Dessa forma, pode-se afirmar que é uma das maneiras de se adquirir a propriedade de bem imóvel, ou seja, aquele que possuía em nome alheio, passa a possuir em nome próprio.
- B A posse clandestina ou indireta é exercida pelo possuidor de má-fé. Essa posse não assegura ao seu titular o direito de ser ressarcido pelas benfeitorias feitas no imóvel nem o de reembolso pela produção e custeio. Em consequência disso, o possuidor não fica obrigado a restituir os frutos percebidos.
- C Ocorrendo o desdobramento da posse em direta e indireta, surge a comosse, ou seja, a coisa é possuída em comum, no mesmo grau e no mesmo plano jurídico.
- D Para a aquisição da propriedade de bem imóvel por usucapião, o possuidor poderá acrescentar à sua posse a do seu antecessor, desde que ambas as posses sejam ininterruptas e sem oposição.

QUESTÃO 82

A respeito da Lei de Introdução do Código Civil, assinale a opção **incorreta**.

- A Determinada lei tem vigência até que outra lei a revogue expressamente ou, então, até que seja editada uma nova lei com ela incompatível. Nesse caso, a lei posterior produz efeitos imediatos revogando tacitamente as leis que com ela sejam incompatíveis.
- B Editada uma lei, ela começa a existir e se torna obrigatória com a promulgação, entrando em vigor imediatamente após a sua publicação.
- C Quando o caso concreto não se inclui em nenhuma norma existente no ordenamento jurídico, surge a integração normativa. Para integrar a lacuna da lei, o juiz recorre à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.
- D Julgar por analogia significa aplicar a hipóteses semelhantes as soluções oferecidas pelo legislador para casos análogos, ou seja, realizar operação lógica pela qual se aplica a um caso não previsto em lei a norma jurídica semelhante.

QUESTÃO 83

Assinale a opção correta acerca dos bens e das pessoas naturais e jurídicas.

- A** A interdição do pródigo — esbanjador, perdulário — acarreta apenas a privação dos atos que possam comprometer o seu patrimônio. Assim, esse incapaz pode validamente praticar todos os demais atos da vida civil, desde que esteja devidamente representado por seu curador.
- B** Os bens acessórios e as pertenças integram o bem principal e têm a sua existência subordinada à finalidade econômica da coisa principal, com o objetivo de complementá-la, ou seja, sempre seguem a principal e não têm valoração autônoma.
- C** Os direitos da personalidade têm por finalidade proteger as qualidades e os atributos das pessoas naturais e jurídicas e, quando são violados, asseguram às vítimas indenização por danos morais. No entanto, no caso das pessoas jurídicas, esses direitos protegem tão-somente os aspectos patrimoniais daquelas que têm finalidade lucrativa e quando os danos atinjam unicamente os seus resultados econômicos.
- D** Consideram-se imóveis por determinação legal: o direito à sucessão aberta e os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram. Tais bens incorpóreos são considerados pela lei como imóveis para garantir a segurança das relações jurídicas.

QUESTÃO 84

A respeito das obrigações e dos contratos, assinale a opção correta.

- A** Fica caracterizada a evicção no caso em que o vendedor, que não era titular legítimo do bem, transferiu a outro (adquirente), vindo o adquirente a perder o bem, em virtude de sentença judicial ou por ato administrativo.
- B** O pagamento dos juros moratórios, em virtude do retardamento no pagamento de uma dívida, depende da comprovação do prejuízo causado ao credor. Se ficar provado que esses juros não cobriram o prejuízo causado ao credor, poderá o juiz majorar a taxa de juros acordada entre os contratantes.
- C** Resilição é um dos meios de extinção do contrato, através de acordo entre as partes. Resilição unilateral significa o modo de extinção de um contrato por vontade de um dos contratantes, em virtude da inadimplência do outro. Nesse caso, impõe-se ao inadimplente, além da multa contratual, o pagamento de indenização por perdas e danos.
- D** Compensação é um encontro de créditos entre duas pessoas que são, reciprocamente, credora e devedora, ainda que de quantia diversa. Portanto, se os contratantes resolverem compensar as dívidas, essas se extinguem totalmente, ainda que as quantias não sejam iguais.

QUESTÃO 85

Acerca do usufruto, assinale a opção correta.

- A** Extingue-se o usufruto voluntário constituído por alienação com o falecimento do nu-proprietário antes do usufrutuário ou, ainda, por alienação do bem que se encontrava gravado com o usufruto.
- B** O usufrutuário pode ceder o exercício de seu direito real de usufruto apenas para o proprietário, tendo em vista a conveniência de consolidar a propriedade em uma única pessoa.
- C** O usufrutuário que detiver, por mais de 20 anos, a posse mansa e pacífica do bem que lhe foi concedido a título oneroso ou gratuito terá direito de ver declarado, por sentença judicial, o seu direito ao usucapião do usufruto.
- D** Entre as obrigações do usufrutuário, destacam-se a de inventariar os bens recebidos e, caso o nu-proprietário a reclame, a de prestar caução, real ou fidejussória, visando garantir os prejuízos resultantes das deteriorações da coisa, bem como assegurar ao usufrutuário a sua tempestiva devolução.

QUESTÃO 86

A respeito do direito das obrigações e dos contratos, assinale a opção correta.

- A** Caso o credor e o devedor tenham renegociado o pacto feito anteriormente, ainda que tão-somente para a mera prorrogação do pagamento da dívida, é correto afirmar que ocorreu a novação da obrigação.
- B** As obrigações de trato sucessivo recaem sobre bens imóveis e são cumpridas de uma só vez, portanto, se exaurem com apenas um ato, em face de sua indivisibilidade.
- C** A fiança é um contrato de natureza acessória que pressupõe a existência de um contrato principal entre credor e devedor; é garantia pessoal, pela qual o fiador garante satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não a cumpra.
- D** É válida a doação de um cônjuge ao outro ou de pai para filho, desde que conste, no contrato, a anuência de todos os herdeiros legítimos e necessários.

QUESTÃO 87

Em relação a jurisdição, sob enfoque do processo civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ A jurisdição contenciosa tem por objeto assegurar a ordem jurídica e a paz social e, independentemente da existência de discussão judicial e de pendência ou litígio, promover a composição dos conflitos de interesses por meio da homologação formal do acordo de vontades.
- Ⓑ Cabe ao proponente a escolha do procedimento a ser adotado no julgamento do litígio por ele ajuizado. No entanto, se a escolha for pelo procedimento de jurisdição voluntária, o qual exige acordo de vontade entre as partes, esse procedimento deve seguir até a sentença final.
- Ⓒ A jurisdição civil é a função estatal, exercida no processo, por órgão do poder judiciário, mediante propositura de ação, visando compor um litígio não-penal e tem como finalidade a resolução justa do litígio.
- Ⓓ Ao poder judiciário, com exclusividade, é atribuída a função jurisdicional. No exercício dessa função, ao compor os conflitos, seja de jurisdição voluntária ou contenciosa, substitui a vontade das partes litigantes por uma sentença e as decisões proferidas revestem-se de caráter jurisdicional e fazem coisa julgada material.

QUESTÃO 88

No que se refere a competência interna dos órgãos jurisdicionais, assinale a opção correta.

- Ⓐ A justiça estadual é competente para conhecer e julgar todas as causas que não sejam da competência da justiça federal, militar, do trabalho e eleitoral.
- Ⓑ A competência territorial ou de foro é aquela que indica qual a comarca onde deverá a demanda ser proposta, ou seja, no domicílio do réu. Por se tratar de competência absoluta, é impossível qualquer modificação, seja por vontade das partes ou por motivo legal.
- Ⓒ Existindo continência entre duas ações que tramitam perante juízos diversos, configurada pela identidade do objeto ou da causa de pedir, impõe-se a reunião dos processos, mesmo quando um desses processos já se encontra sentenciado.
- Ⓓ Compete à justiça federal conhecer e julgar todas as causas que a União, os estados, o Distrito Federal e as sociedades de economia mista forem interessadas na condição de autores ou réus.

QUESTÃO 89

A respeito da resposta do réu, assinale a opção correta.

- Ⓐ O réu poderá alegar em sua defesa a litispendência, ou seja, requerer a extinção do processo em virtude de existência de ação idêntica anteriormente ajuizada, na qual foi proferida sentença já transitada em julgado.
- Ⓑ Na ação proposta contra vários réus, portanto, em litisconsórcio passivo, o prazo para a resposta será comum, contado da citação do último co-réu, e, em dobro, nos casos de réus defendidos em juízo por procuradores distintos.
- Ⓒ Ainda que a contestação seja considerada intempestiva, não pode ser decretada a revelia do réu, pois revel é quem não responde à citação, deixando de comparecer e oferecer sua resposta.
- Ⓓ Cabe ao réu, ainda que revel, citado por edital ou defendido por advogado dativo, o ônus da impugnação específica de todos os fatos alegados pelo autor, sob pena de estes transformarem-se em incontroversos e serem presumidos como verdadeiros.

QUESTÃO 90

Quanto ao litisconsórcio — fenômeno processual que consiste na pluralidade de partes em um litígio —, assinale a opção correta.

- Ⓐ No litisconsórcio necessário, é indispensável a participação de todos os consortes, porque a decisão do litígio, apesar de não ser uniforme para todos, como regra, vincula aqueles que estão integrados naquela relação processual.
- Ⓑ O litisconsórcio unitário e facultativo é aquele que se estabelece por vontade das partes e o litígio pode ser decidido de maneira diferente para cada um deles.
- Ⓒ No litisconsórcio simples e necessário, a prova produzida por um dos litisconsortes não poderá aproveitar ou prejudicar os demais.
- Ⓓ Existindo o pressuposto legal para a formação do litisconsórcio facultativo, e formado este, os litisconsórcios serão considerados, em suas relações com a parte contrária, como litigantes distintos, e os atos e omissões de um não prejudicarão nem beneficiarão os outros.

QUESTÃO 91

Em relação à intervenção de terceiro, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ O chamamento ao processo consiste na admissibilidade de o réu fazer com que co-devedores solidários passem a integrar o pólo passivo da demanda junto com ele, em litisconsórcio.
- Ⓑ A denunciação da lide visa possibilitar o exercício do direito de regresso pelo denunciante, com quem o denunciado mantém relação jurídica de direito material, ou seja, a condenação deste à reparação do prejuízo decorrente de sua eventual derrota na causa.
- Ⓒ Na assistência simples, o terceiro interessado ingressa no processo como parte passiva, alegando ser o titular da relação jurídica disputada e requerendo a improcedência da ação.
- Ⓓ Pela nomeação à autoria ocorre a mutação das partes, em face da identificação, na via judicial, do verdadeiro integrante da relação jurídica material.

QUESTÃO 92

Acerca dos recursos no processo civil, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ A oposição de embargos infringentes incabíveis não interrompe o prazo para a interposição de recurso especial ou extraordinário.
- Ⓑ Os recursos podem ser entendidos como o instrumento próprio a propiciar às partes litigantes, dentro do mesmo processo, a reforma, a invalidação, o esclarecimento ou a integração de decisão judicial.
- Ⓒ Como regra geral, se o recurso não for devidamente preparado, ocorrerá a deserção e, como consequência dessa, o recurso não será encaminhado ao tribunal.
- Ⓓ Os embargos de declaração têm como finalidades integrar a decisão e conferir-lhe efeito modificativo para reformar o julgado, ainda quando este não seja omisso ou contraditório.

QUESTÃO 93

Ainda acerca dos recursos no processo civil, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Têm legitimidade para recorrer: a parte vencida, o interveniente, o terceiro prejudicado e o Ministério Público. Tem interesse em recorrer aquele que não obteve do processo tudo o que poderia ter obtido.
- Ⓑ Os recursos de apelação têm como efeito obrigatório a suspensividade imediata da decisão recorrida, ficando o comando nela contido suspenso até o seu julgamento final.
- Ⓒ Decisão interlocutória é o pronunciamento que, não colocando fim ao processo, resolve questão incidente ou provoca alguma grave lesão à parte ou ao interessado. Como regra geral, contra essas decisões caberá agravo na forma retida.
- Ⓓ No julgamento do recurso, o tribunal poderá reformar a decisão, reconhecendo a existência de *error iudicando*, ou seja, no caso de o juiz ter proferido uma declaração errônea da vontade concreta da lei.

QUESTÃO 94

Acerca da lei que define os crimes resultantes de raça ou de cor, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ O crime de racismo, concebido pela Constituição da República, é inafiançável e imprescritível, ou seja, o Estado poderá, a qualquer tempo, punir o autor do delito.
- Ⓑ Os crimes oriundos de discriminação ou preconceito de raça, cor, religião, etnia ou procedência nacional são sempre dolosos.
- Ⓒ Se o crime de injúria, previsto no Código Penal, consistir na utilização de elementos que digam respeito a cor, raça, etnia, religião, origem ou orientação sexual, o autor do delito terá a sua pena acrescida, mesmo que a injúria tenha sido proferida na ausência do ofendido.
- Ⓓ Na prática da chamada tortura-discriminatória, é possível que o agente, além de responder pela tortura como crime autônomo, seja também responsabilizado pelo crime de racismo.

QUESTÃO 95

Acerca dos crimes de tortura e abuso de autoridade, assinale a opção correta.

- Ⓐ Nas hipóteses da tortura para a prática de crime e da tortura-prova, a consumação do crime está condicionada ao fato de o agente ter alcançado os objetivos almejados com a prática criminosa: informação, confissão, declaração ou prática de crime pela vítima.
- Ⓑ Nos crimes previstos pela lei de abuso de autoridade, da mesma forma que nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, antes do recebimento da denúncia ou queixa, o juiz notificará o acusado para apresentar defesa preliminar no prazo de 15 dias.
- Ⓒ Os crimes previstos na lei de abuso de autoridade, por exigirem a representação do ofendido, são de ação penal privada, e têm a representação como condição de procedibilidade para a abertura do competente inquérito policial.
- Ⓓ Determinados tipos penais previstos na legislação específica, como o denominado tortura-castigo, classificam-se como próprios, pois somente podem ser praticados por determinada pessoa ou categoria de pessoas.

QUESTÃO 96

Julgue os itens abaixo, relativos à Lei de Execução Penal.

- I Salvo disposição legal, aplica-se a Lei de Execução Penal ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar quando recolhidos a estabelecimentos sujeitos à jurisdição ordinária.
- II Para fins de classificação e individualização da pena, o exame criminológico é obrigatório, indistintamente, para todos os condenados, que não podem progredir de regime sem que haja a submissão ao referido exame.
- III O trabalho do preso, em qualquer regime prisional, está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho e, portanto, o preso deve fazer jus a todos os benefícios que se concedem ao trabalhador livre, com exceção das férias.
- IV Remição é o instituto pelo qual o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho, parte do tempo da execução da pena, à razão de um dia de pena por três de trabalho.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1.
- Ⓑ 2.
- Ⓒ 3.
- Ⓓ 4.

QUESTÃO 97

Acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a opção correta.

- Ⓐ O ECA faz distinção entre a infração de ação penal privada e a de ação penal pública, condicionada ou incondicionada, pois a primeira deve ser de iniciativa exclusiva do ofendido.
- Ⓑ Nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude o sistema recursal obedece ao princípio da celeridade processual dos recursos, em atenção ao imperativo legal que confere prioridade absoluta ao atendimento dos direitos assegurados a crianças e adolescentes.
- Ⓒ A competência para a execução das medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes infratores é do Juízo das Execuções Criminais, cabendo ao Juizado da Infância e da Juventude somente o processo e o julgamento dos atos infracionais.
- Ⓓ A medida de internação pode ser aplicada em qualquer hipótese, mesmo nas modalidades culposas de atos infracionais.

QUESTÃO 98

A Lei n.º 8.072/1990, conhecida como Lei dos Crimes Hediondos, além de definir os delitos dessa natureza, trouxe diversas inovações de cunho penal e processual penal, que repercutiram na esfera da liberdade individual do cidadão. Acerca dos delitos e do procedimento preceituados nessa Lei, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Nos crimes hediondos é cabível, na execução da pena, o benefício do livramento condicional, desde que sejam preenchidos os requisitos necessários à sua concessão.
- Ⓑ O instituto da delação inserido na Lei dos Crimes Hediondos impõe a redução da pena de um a dois terços para o delator, quando sua delação possibilita o desmantelamento de associações criminosas ou de quadrilhas formadas para prática de crimes hediondos dos quais o delator fez parte.
- Ⓒ A prisão temporária, nos crimes considerados hediondos, tem prazo de trinta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- Ⓓ A lei em referência veda a concessão de liberdade provisória, com ou sem fiança, o que equivale a dizer que a autoridade judiciária, em nenhuma hipótese, poderá proceder ao relaxamento da prisão em tais crimes.

QUESTÃO 99

Acerca da Lei n.º 9.099/1995, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ No processo dos crimes de menor potencial ofensivo, e tratando-se de ação penal pública, verificada a ausência injustificada do autor do fato, que assumiu o compromisso de comparecer perante a autoridade judicial, deve o representante do Ministério Público oferecer denúncia oral, se não houver necessidade de diligências imprescindíveis.
- Ⓑ Admite-se a suspensão condicional do processo apenas nas contravenções penais em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por lei especial.
- Ⓒ Da decisão que rejeitar a denúncia oferecida, caberá apelação no prazo de dez dias.
- Ⓓ Nas infrações penais de menor potencial ofensivo, não será formalizada a prisão em flagrante delito, nem se exigirá fiança do autor do fato, quando este for conduzido com o termo circunstanciado ao juizado especial ou, na impossibilidade, assumir o compromisso de comparecer em juízo.

QUESTÃO 100

Com referência à Lei n.º 11.340/2006 — Lei Maria da Penha —, assinale a opção correta.

- Ⓐ As relações pessoais enunciadas na lei independem de orientação sexual, podendo ser aplicadas nos casos de relação homossexual havida entre pessoas do sexo masculino.
- Ⓑ As medidas protetivas de urgência de que trata a lei têm natureza penal e extrapenal, devendo os processos referentes aos crimes nela previstos ser encaminhados aos respectivos juízos, conforme cada esfera de jurisdição.
- Ⓒ A pessoa que causar lesão corporal leve está sujeita a pena privativa de detenção de três meses a três anos, aumentada de um terço se o crime for cometido contra pessoa portadora de necessidades especiais, cabendo a aplicação dos institutos da prisão em flagrante e da prisão preventiva.
- Ⓓ As medidas protetivas de urgência deverão ser apreciadas no prazo de 48 horas pela autoridade judiciária competente, sendo taxativos os dispositivos que as relacionam.

